



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 086

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 2010

ANO XXXV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ERON ABOUD**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Caíto Quintana*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Pedro Ivo*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 086**

### **85ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Orador:**

Sr. Carlos Augusto Moreira Júnior 03

#### **Interpeladores:**

Dep. Cleiton Kielse ..... 03

Dep. Rosane Ferreira ..... 04

Dep. Jocelito Canto ..... 05

Dep. Dr. Batista ..... 06

Dep. Tadeu Veneri ..... 06

Dep. Antonio Belinati ..... 06

Dep. Ney Leprevost ..... 07

Dep. Felipe Lucas ..... 09

#### **Expediente:**

Indicações ..... 10

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 11

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 12

Discussão/Votação

1ª Discussão (Votação em) ..... 12

Redação Final ..... 13

2ª Discussão ..... 13

1ª Discussão ..... 13

Requerimentos ..... 17

**Encerramento da Sessão ..... 18**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos ..... 19

Diretoria Geral

Portarias ..... 19

#### **Publicações Administrativas:**

Diretoria de Apoio Técnico

Aditivo de Contrato ..... 21

### **DIÁRIO Nº 086**

### **85ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2010**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Elton Welter pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Wilson Quinteiro (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Enio Verri, Francisco Bühner, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Péricles de Mello, Plauto Miró, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (14).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Marcelo Rangel (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e, conforme entendimento entre as lideranças dos partidos nós iniciaremos a Sessão, antes mesmo de ler a ata, antes mesmo de lermos o expediente, passaremos a palavra ao eminente Secretário da Saúde, o Dr. Carlos Moreira Júnior, para que em alguns minutos, em cumprimento ao artigo 12 da Lei Federal nº 8689, ele possa destinar alguns minutos para o relatório do primeiro semestre da Secretaria de Estado da Saúde, e posteriormente a isto daremos prosseguimento a nossa Sessão.

Seja bem-vindo, Moreira, você é sempre muito querido aqui na nossa Casa. Seja bem-vindo e os microfones são seus.

### ***Sr. Carlos Augusto Moreira Júnior***

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

Obrigado Presidente, quero cumprimentar o Presidente, os Secretários da Mesa, cumprimentar todos os Deputados, agradecer a presença de vários Secretários de Saúde aqui presentes, os Diretores das regionais aqui presentes.

O que vamos fazer, Presidente, é mostrar as ações da Secretaria de Estado da Saúde durante este primeiro semestre de 2010, conforme está previsto em lei.

Só para deixar claro a todos, o Sistema Único de Saúde prevê a apresentação do relatório semestral. De acordo com a lei e aqueles que têm interesse de ter esse relatório apresentado na íntegra, podem dirigir-se à página do Conselho Estadual de Saúde, conforme está aparecendo aí no slide, onde existe este documento.

#### **(Exposição do relatório em transparência)**

Sr. Presidente, essa foi a minha apresentação. Estou à disposição de todos os Deputados para qualquer esclarecimento. Só quero dizer o seguinte, para concluir: foi feito muito, não foi feito pouco, vocês puderam observar pela extensão da apresentação. Quero dizer que a minha assessoria começou com uma apresentação de 99 slides, e eu disse que era impossível 99, que reduzíssemos. Reduzimos a um mínimo necessário e ainda assim foi bastante. Passamos por uma série deles. Eu diria que, sobretudo, a descentralização, eu vivi uma época e todos vocês como Deputados viveram, onde havia o melhor hospital do interior do Estado, que era uma ambulância que trazia doentes para o Hospital de Clínicas de Curitiba. Fui diretor daquele

hospital durante muito tempo em que isso aconteceu. Hoje não existe mais isso. Temos, entretanto, que qualificar mais esses hospitais regionais e sabemos que o primeiro passo foi dado. Hoje a descentralização, a regionalização, é uma realidade.

Na questão da mortalidade materno-infantil, vocês viram os índices, estamos conseguindo reduzi-los. No controle das doenças endêmicas e epidêmicas, estamos fazendo um bom trabalho. E por fim essa regionalização da Saúde vai permitir que o paranaense tenha um bom atendimento perto da sua família, que é a coisa mais importante que eu, como médico, tenho a assinalar.

Quero agradecer a sua atenção. Estou à sua disposição.

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero, em nome de toda a Assembleia Legislativa, Secretário, cumprimentá-lo, não só porque conheço o trabalho profissional do senhor há muitos anos. Sei que não poderia o Governo do Estado estar em melhores mãos no que diz respeito à Secretaria da Saúde. De igual maneira quero saudar toda a sua equipe, porque ninguém faz nada sozinho, e a Secretaria da Saúde tem, sem dúvida nenhuma, uma equipe de primeiro nível, para atender as dificuldades com que a Saúde do nosso País vive. Isso não é privilégio de nenhum Estado, avançamos muito, não tenho dúvida disso e só não vê quem não quer.

### ***Interpeladores:***

Concedo a palavra ao Deputado Cleiton, primeiro inscrito, e posteriormente à Deputada Rosane, para que possa questionar o nosso Secretário Dr. Moreira.

### ***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Saúde Carlos Moreira Júnior, demais Diretores da Secretaria da Saúde, assistentes, pessoal do sindicato, nossos companheiros que se fazem presentes.

Nós, como Vice-Líder do Governo, temos hoje uma visão diferenciada da Saúde. Uma visão onde nas nove regiões em que atuamos, nesses últimos sete anos e meio, tivemos um avanço substancial não só no atendimento básico, emergencial, preventivo, na atenção à mulher, à criança, ao idoso e na extensão, talvez, na Secretaria que denominamos a mais nervosa dos Governos, tanto Federal, quanto Estadual.

Hoje, tenho que agradecer ao Secretário Moreira e à toda a sua competente diretoria, porque em um comparativo temos dois momentos básicos: um momento de início desses projetos e agora a ação permanente que o Governo tem dado, em parceria com os Municípios do Estado do Paraná.

Venho em nome da Associação dos Municípios agradecer essa ação conjunta de redução da mortalidade infantil e das ações preventivas que diretamente temos em apoio às Prefeituras Municipais. Acompanho mais de 90 Municípios no Estado. Quicá 10% desses Municípios, hoje, não têm os projetos que foram nominados nesta apresentação.

Venho também com aquela ansiedade, como municipalista, visualizando o alcance que esses hospitais regionais vão ter para os próximos anos, Secretário. Venho com uma preocupação, até com uma pergunta, de quantos funcionários efetivamente vamos ter para os próximos meses nas contratações do Estado, dentro dessa lista de ações fantásticas que ocorreram no Estado, pontualmente, dentro desse curto período em que o senhor está à frente da Secretaria, a ação objetiva que foi feita em apoio aos pequenos e médios hospitais. Esses hospitais que sou testemunha, não só dos equipamentos, da força-tarefa que está sendo feita em várias microrregiões, para identificarmos fazendo núcleos - como o senhor identificou e foi muito claro mostrando as qualidades e também as necessidades que temos em várias delas. Quantas e como seriam essas parcerias, com esses inúmeros profissionais que iremos precisar, nesses talvez 20 e poucos hospitais que restam serem terminados, para esse próximo semestre, visto que nunca vimos tanto investimento na área da Saúde como estamos tendo neste momento?

Agradecendo também não só ao senhor, à toda sua equipe, mas parabenizando, eu quase semanalmente estou tendo contato com sua equipe, pessoalmente com V. Exa., e tenho tido resposta permanente e objetiva e os Prefeitos que também nos seguem têm tido esta resposta.

Por isso seria uma pergunta realmente no sentido dos próximos momentos que temos dos hospitais regionais, como que vamos poder anunciar isto às regionais e quanto seria este prazo para findarmos as contratações, Secretário?

Obrigado.

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

Deputado Kielse, sendo bem objetivo na resposta, primeiro agradecer todo apoio que a Secretaria tem recebido do senhor como Deputado, precisamos contratar 3 mil 210 funcionários para fechar o quadro necessário em todo Estado do Paraná, para todos os hospitais regionais estarem funcionando perfeitamente, para todas as unidades que estão sendo propostas.

Portanto, não é pouco, 3 mil 210. O primeiro passo agora, é a contratação para funcionários do hospital zona sul e zona norte de Londrina, porque é importante que esses hospitais de Londrina tenham funcionamento rápido.

Portanto, estaremos já para a próxima semana, anunciando pelo menos a contratação de cerca de 700 funcionários a mais.

Entretanto, esse é um trabalho progressivo. E veja como mostrei na minha apresentação, não é porque abrimos um concurso público que teremos a garantia do preenchimento de todas as vagas, até porque o processo de saúde no Brasil, ele foi, durante muitas décadas, centralizado nas Capitais. E hoje para você colocar um médico no interior do Estado não é fácil. O senhor que trabalha muito com Prefeitos em Municípios, sabe do esforço que um Prefeito tem que fazer para ter um médico na sua Cidade. Portanto estamos fazendo os concursos, mas sabemos das dificuldades que temos que vencer.

Para encerrar, minha resposta na questão dos pequenos hospitais, essa secretaria vê como muito importante o apoio aos pequenos hospitais. Na medida que um Município pequeno tem o seu hospital bem equipado e com qualidade, ele não vai encaminhar um caso simples para um outro hospital. E muitas vezes um caso simples naquele dia torna-se um caso complicado dois dias depois. Provavelmente, uma das melhores ações que eu percebi nas minhas andanças pelo interior do Estado, foi do Município na Região Central do Estado, onde o Prefeito disse: “Todos os meus investimentos são para a primeira consulta. Na primeira consulta quero que o paciente saia com um bom diagnóstico e com o tratamento na mão, porque uma gripe tratada na primeira consulta de um paciente idoso não vira uma pneumonia sem tratamento com internamento e muitas vezes até vaga de UTI.”

Portanto, esta é a ação da nossa Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

***Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Primeiramente gostaria de parabenizá-lo, Secretário Moreira, pelo caráter técnico com que o senhor administra a Secretaria de Estado da Saúde. É muito importante isto.

E também é inegável os avanços que tivemos. Eu sou de Araucária e Araucária depois de 117 anos construiu seu primeiro hospital municipal, em pleno funcionamento. A perspectiva agora é de termos lá uma UPA, estamos estruturando o SAMU para aquela região.

Então, os avanços foram claros. Mas, também passamos por uma legislatura e estamos saindo de um Governo onde grandes gargalos não tiveram o enfrentamento devido. Poderia citar o problema com os funcionários da Saúde, a questão das 30 horas para os funcionários da Saúde que nunca conseguimos resolver, a questão da implementação de um Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos que é essencial para fazer com que as coisas funcionem, porque a válvula propulsora são os trabalhadores da Saúde e precisamos de construções, precisamos implementar serviços, mas a satisfação do trabalhador é

fundamental. Sei que o senhor pega um final de Governo e não teria como agir, como atuar prontamente com relação a esta questão, isto tem que estar pontuado para o próximo Governo. Coloco perante o senhor, porque acho que é objetivo de todos os senhores que seja um Governo de continuidade de trabalho que já se iniciou há oito anos.

Para finalizar, uma outra questão que acho fundamental e que sempre me preocupa: quando tivemos a Gripe A aqui, a Secretaria se preocupou e atuou com maestria em relação à questão, não tenho nenhuma dúvida em relação a isso. Mas temos um problema terrível, Secretário, que é a epidemia do uso do crack, a epidemia da dependência química no nosso Estado.

Quando vejo falarem de CAPS um, dois, três, me preocupo muito e tenho cobrado isso junto ao Conselho Regional de Enfermagem, junto a ABEN, temos cobrado este enfrentamento, esta questão de nos prepararmos para isso que é o grande flagelo da Saúde. A questão da droga tem um enfrentamento monstruoso, não só porque os nossos jovens estão morrendo, mas o uso do álcool e drogas complica, traz outros setores da sociedade, não fica restrita ao mundo do narcotráfico, ela usa vagas hospitalares, vagas nos centros de saúde. Vira e mexe vemos que a família adoce junto com o dependente químico e, usam nossos sistemas por conta dessa questão.

Gostaria que o Paraná fosse na vanguarda disso, porque temos corpo técnico para pensar uma política séria de enfrentamento fazemos de conta que isto não acontece, não bastam os CAPS e outros, nós temos que pensar nas comunidades terapêuticas, mas não só de caráter religioso. Acompanhei toda a reforma psiquiátrica, a desospitalização que teria que ser feita, mas hoje não dá para tirar um dependente químico das drogas sem tirá-lo do alcance do traficante. Hoje precisamos ter os lugares onde possamos colocar estes jovens, desintoxicá-los e dar a eles uma perspectiva de vida.

Sei que o senhor veio para fazer uma prestação de contas, mas eu queria, olhando para o senhor e sabendo que pode acabar o Governo, mas o Moreira vai continuar sendo um técnico, uma pessoa a ser ouvida e quem sabe continuar Secretário. Precisamos ter esta sensibilidade, agradeço a oportunidade de estar falando, tenha em mim sempre, independente de cargo político ou não, uma aliada nesta luta e precisamos ter uma proposta real de enfrentamento a esta questão à luz da Saúde.

Obrigada.

## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

### **O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, só para agradecer também, é evidente que a Saúde teve vários investimentos, tenho acompanhado ao longo destes oito anos, desde leitos de UTI, que tínhamos 17, hoje temos perto de 100 em Ponta Grossa. Investimentos em vários centros, claro que muitos centros foram feitos mais politicamente, sabemos que houve um paternalismo político, mas isso é natural.

Só tenho a agradecer e pedir ao Secretário que até o final do ano, possamos deixar redondinho nosso hospital de Ponta Grossa. Sabemos que houve algumas falhas, alguns erros, mas o hospital foi feito e é um dos mais modernos do Brasil.

Até esta semana, tive a oportunidade de acompanhar o candidato Beto Richa no hospital e ele ficou admirado com a beleza da obra. Assim devo acompanhar também o Osmar quando for lá. Estou fazendo questão de levar candidatos para que eles entendam, que aquela obra não pode parar, ela tem que continuar, tem que ser aumentada nos próximos anos, para que nosso hospital mantenha o ritmo de ser um dos mais modernos do País. É um hospital que atenderá publicamente todas as pessoas, e no momento que ele estiver funcionando, que estiver do jeito que nós queremos, não tenho dúvida, será um grande alívio para a Saúde dos Campos Gerais.

Hoje, temos uma Santa Casa que tem 100 anos, e que vem a ser o grande hospital regional de Ponta Grossa. A Santa Casa atende 30% pelo SUS e 70% particular. Vocês imaginem a hora que o nosso hospital estiver todo funcionando e atendendo 100% pelo SUS. É uma maravilha! Sei que o senhor pegou a Secretaria andando, com muitas dificuldades, com muita conta para pagar, mas quero pedir que o senhor se empenhe para que possamos terminar este ano com o hospital redondinho, funcionando tudo - porque não é bom você ver um hospital inaugurado e que não está funcionando tudo. Sei também, que o hospital não pode começar com tudo funcionando ao mesmo tempo, tem que ser por etapas.

O que mais me anima é quando vou no hospital e vejo a beleza do hospital, a beleza dos equipamentos que estão sendo colocados. São equipamentos de última geração, o que nos leva a acreditar que as pessoas mais simples começam a ter direito a ter uma saúde igual aos que pagam. Por isso, peço esse empenho para que no final do ano possamos dizer o hospital de Ponta Grossa está funcionando, ambulatório, UTI, internamentos, porque diria que 70% está lá, falta muito pouco. O nosso maior problema é a questão do oxigênio que houve um erro no projeto, mas isso se supera. Quando alguém faz uma crítica eu digo o seguinte: para quem esperou mais de 170 anos para ter um hospital, evidente que não será um ano que vai fazer a diferença para se ter o maior complexo.

E pediria empenho também de toda a sua equipe, para que o hospital deixe da SESA e passe para a universidade. Porque ele sendo da universidade, terá mais recursos e será mais fácil a administração. Já fiz o pedido, já passei aqui na Assembleia e falei com o Governador. Porque é importante que o hospital seja como os demais, seja um hospital universitário. Esse é o pedido que faço. Cumprimento a sua equipe, o seu trabalho, os Secretários que deixaram o Governo que fizeram a sua parte. Não diria que a Saúde está 100% não. Não podemos dizer, porque a Saúde nunca vai estar 100%. Mas que deu um

grande avanço nesse Governo deu. Foi um avanço muito importante. E que o próximo Governador se não fizer melhor, que pelo menos siga na linha do que foi esse Governo.

Muito obrigado Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Dr. Batista.

### ***Deputado Dr. Batista (PMN)***

O SR. DR. BATISTA

Quero parabenizar o Secretário Dr. Moreira pela continuidade do trabalho, não podemos esquecer do trabalho que fez também o Dr. Gilberto Martin nosso amigo, grande Secretário. E cumprimentar toda a equipe e a manutenção que o senhor fez de toda a equipe, inclusive da nossa regional de saúde da nossa 15ª Regional da Saúde, e Hercília em Maringá que realmente é um baluarte daquela regional e faz um trabalho maravilhoso.

Quero perguntar ao Secretário: tem um projeto de nossa autoria, que até pedi muitas informações à Secretaria da Saúde e fui muito bem municiado para que pudesse fazer esse projeto. Os acidentes e mortes que ocorrem materno-infantis em todos os hospitais. Quero saber como está a comunicação à Secretaria da Saúde, se está sendo feita e quantos casos já foram comunicados. Porque é muito importante para que possamos fazer um diagnóstico de acidentes ou morte materno-infantil e possamos evitar. O nosso projeto hoje é lei no Estado. E a preocupação nossa também com a região de Maringá, uma região muito grande e o nosso HU necessita urgentemente de uma ala para tratamento de queimados e, até então não temos um sinal verde. Foi um projeto de indicação que fizemos.

O Governo, realmente, fez um trabalho na Saúde, que segundo o Deputado Jocelito Canto, se alguém fizer igual já está muito bom. Nós aparelhamos uma UTI, 24 leitos na Santa Casa de Maringá, uma ajuda muito grande do Governo, fiquei muito feliz e a comunidade muito mais ainda.

Só tenho a dizer ao Sr. Secretário, parabenizar a toda sua equipe, um trabalho que o senhor pegou andando e está dando mais ênfase, trabalhando com mais carinho, mais amor e respeito, principalmente pelos menos aquinhoados. Estou muito feliz, muito contente com o trabalho que o senhor está fazendo. Muito obrigado por esta prestação de contas maravilhosa que o senhor está fazendo aqui. Todo o Estado, com certeza, está nos assistindo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Gostaria, Secretário, de fazer duas colocações ao senhor. Primeiro, obviamente não depende só do senhor, mas não posso deixar de fazer, porque sempre que os Secretários estiveram aqui fiz a mesma pergunta a respeito ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, que é uma aspiração não só dos servidores da Saúde, mas de todos aqueles que militam na área da Saúde. Sabemos que um plano sempre vai beneficiar os servidores e também os usuários. Se há encaminhamento dele, se temos ou teremos ainda perspectivas, se não neste Governo, mas já no próximo Governo encaminhado para que possamos implantá-lo. No próximo Governo falo, obviamente encaminhado por este.

O segundo, vi a apresentação que o senhor fez e me chamou atenção alguns hospitais que foram colocados, por exemplo, acompanhado o hospital de Campo Largo, onde alguns servidores fazem durante algum tempo já o processo de treinamento, inclusive da capacitação no Hospital Pequeno Príncipe. Sei disso porque conheço as pessoas do Hospital Pequeno Príncipe, V. Exa. sabe, mas gostaria de saber se nesses hospitais, tanto no Pequeno Príncipe quanto nos demais hospitais que o senhor citou, Francisco Beltrão, no Hospital Infantil de Campo Largo, na Associação Paranaense de Reabilitação, se há, Secretário, o acompanhamento do Conselho Estadual de Saúde. Pergunto isso, porque o Conselho Estadual de Saúde tem diversas vezes se reunido e temos feito esse debate a respeito do hospital, quando estava sendo construído, posteriormente quando e das condições que está sendo dotado e o pessoal que está sendo dotado.

Sei que a FUNPAR, muitas vezes, tem feito o acompanhamento como faz o Hospital de Clínicas, mas gostaríamos de saber se esses hospitais precisam ter e quando terão a sua capacidade ocupada. Obviamente por conta disso que faço a pergunta, se há esse controle social representado pelo Conselho Estadual de Saúde.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Dr. Moreira, bom-dia a toda equipe, nossos colegas Parlamentares.

O Deputado Tadeu Veneri falou aqui sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, vou fazer um apelo para o coração de V. Exa., para o meu amigo Pessuti, temos condições de aprovar esse PCCV para o SindSaúde até em 72 horas.

Aliás, já vi esta Casa aprovar projeto até em 48 horas. Então, dá tempo sim, muito tempo hábil para aprovarmos neste Governo, não deixar nada para depois. Porque troca o Governo e daí vem aquela história: não, quem está assumindo tem que primeiro esquentar o bumbum na poltrona de Governador, ver como é a equipe, como estão as finanças. Passa o primeiro ano e

daí o pessoal do SindSaúde vai ter que aguentar um bocado de tempo, quem sabe ficar sem o esperado e desejado Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Apelo a V. Exa., conversar com o Governador Pessuti, vamos aprovar isso aqui de imediato, será uma homenagem ao pessoal do SindSaúde.

A imprensa noticiou, não é culpa de V. Exa., quero ressaltar bem. Inauguraram a reforma do hospital da zona sul em Londrina, levaram banda de música, levaram foguetório, uma hora e meia de discurso, ampliaram os leitos do hospital, se não estou equivocado para 150 leitos - peço perdão se não for exato - e na verdade não está operando nem com a metade. Não tenho número exato aqui, apenas 46 leitos estão em operação.

O nosso puxão de orelhas as nossas autoridades, porque pega muito mal inaugurar uma obra e ficar apenas na notícia na Globo, na RIC TV, na Rede Massa, nos canais de TV, jornais e rádio e a população doente não tendo oportunidade de se internar e quem sabe ter a sua saúde restaurada ou a sua saúde salva por absoluta falta de leito. É o apelo que faço a V. Exa. vamos colocar todos esses leitos em operação.

Por último Dr. Moreira, V. Exa. deverá ficar de joelhos quem sabe uns 10 segundos todos os dias, para agradecer a Deus por essa equipe maravilhosa que o senhor tem na Secretaria da Saúde, um pessoal que dá o melhor de si na Secretaria da Saúde, quero parabenizar toda essa equipe.

## ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

### **O SR. NEY LEPREVOST**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores membros da Mesa, ilustre Secretário da Saúde Dr. Carlos Moreira.

Quero cumprimentá-lo pela sua atuação antes de ser Secretário de Estado, no Hospital de Clínicas na Universidade Federal do Paraná, onde tivemos oportunidade de trabalhar juntos eu presidindo a Associação dos Amigos do HC, na condição de voluntário e o senhor na época como representante do corpo clínico daquele hospital na diretoria dos amigos do HC. Também cumprimentá-lo como médico conceituado e respeitado que é, aliás, a exemplo dos seus pais e seus irmãos.

Infelizmente como Secretário de Saúde que o senhor é e eu como Presidente da Comissão da Saúde, tenho uma certa função de ser o fiscalizador, de ser a pedra no sapato da Secretaria da Saúde. Sempre com muito respeito, fazendo as críticas construtivas, de modo a provocarmos a reflexão sobre o que é necessário para melhorar a Saúde Pública em Curitiba, no Paraná e no Brasil.

Existe um tema do qual eu não posso fugir, uma tema que diz respeito aos servidores da saúde que estão aqui legitimamente para reivindicar seu Plano de Cargos e Salários, uma luta antiga, que tem méritos, que tem nosso apoio.

Mas existe uma grande luta, que é dos médicos, que é da sociedade civil organizada, que é de todas as pessoas que querem que a população mais carente tenha acesso a saúde de qualidade.

Essa luta é pela regulamentação da Emenda Constitucional nº 029, que é aquela que estabelece o investimento mínimo de 12% da receita líquida do Governo Estadual em Saúde. O investimento de 15% da receita líquida das Prefeituras na área de assistência à Saúde. E o investimento de 10% do Governo Federal em assistência à saúde.

Minhas perguntas são simples: O Governo do Paraná neste ano de 2010, até o presente momento, cumpriu rigorosamente o que já estabelece a Emenda nº 029? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: sua opinião pessoal como médico e profissional de saúde é favorável à regulamentação da Emenda nº 029, que tramita no Congresso Nacional?

Terceira pergunta e última, relacionada a outro assunto: ano passado, diversos Deputados fizemos um trabalho em conjunto com a Comissão de Saúde, conseguimos aprovar 36 milhões em emendas coletivas para equipar os hospitais do Paraná: o Hospital de Clínicas, do qual o senhor faz parte, o Hospital Evangélico, o Hospital Erasto Gaertner, Pequeno Príncipe, Cajuru, Santa Casa.

O ex-Governador Roberto Requião tinha uma política que ele sempre deixou clara e é legítima, não é ilegal e nem ilegítima, que era a de não pagar emendas parlamentares. O Governador Orlando Pessuti, sempre se declarou favorável às emendas, principalmente àquelas que são coletivas e que não destinam dinheiro diretamente para as entidades. Destinam equipamentos. Até pela tradição parlamentar do Governador. Pergunto: existe perspectiva destas emendas, que são de 1 milhão, 1 milhão e meio, até 2 milhões para equipar os hospitais serem pagas de fato ainda este ano?

Muito obrigado, Dr. Moreira, foi um prazer ter a oportunidade de fazer estas perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR**

Temos várias perguntas. Inicialmente, quero agradecer a todos os Deputados pelo questionamento. É importante que esclareçamos todas as questões.

Primeiramente vou responder às perguntas da Deputada Rosane Ferreira, em dois quesitos. A primeira questão é sobre as drogas. Concordo em gênero, número e grau. Já conversamos sobre isto. Acho que a droga não é um flagelo da Saúde. É um flagelo da sociedade brasileira. Não é uma questão apenas de Polícia. É uma questão de educação, de orientação, de recuperação. E a nossa dívida, com isso, é muito grande, é enorme. Fico feliz que agora vejo como pauta da campanha presidencial esta questão. Fico feliz porque vejo como pauta ao Governo do Estado esta questão. E acho que temos que fazer ações em diversas áreas.

Mas, no que diz respeito à Saúde, a ação de recuperar essas pessoas é fundamental. A angústia de uma mãe que tem um filho drogado é tamanha e não calculamos a desestruturação familiar que isso causa. Portanto, acho que esta Secretaria já começou a dar, quem sabe, o primeiro passo, que na verdade não é grande. Mas, quando pedimos ao diretor do Hospital Adalto Botelho, que está aqui presente, o Dr. Peixoto, de alguma forma ampliássemos o número de leitos para receber dependentes químicos do sexo feminino e masculino e não uma ampliação pequena. Três vezes mais. Ele prontamente já começou a fazer o projeto, que já está quase pronto e deve começar a ser executado ainda este ano. É pouco, é muito pouco perto de tudo aquilo que tem que ser feito, mas o primeiro passo tem que ser dado.

Essas famílias precisam de apoio e essas pessoas têm que ter recuperação. É uma questão quase que de solidariedade humana, não é só de política pública.

Na questão do Plano de Cargos e Salários, abordado por V. Exa. e também pelos Deputados Tadeu Veneri, Antonio Belinati e Ney Leprevost, acho que isto realmente é uma questão importante. Desde o primeiro dia que assumi a Secretaria, tive reuniões com o sindicato, estive aqui nesta Casa numa reunião no plenarinho, onde claramente eu disse a posição da Secretaria. Acho que é preciso avançar e acho inclusive que há meios para se avançar. Acho que fui o primeiro Secretário da Saúde a promover uma reunião com o sindicato na Secretaria, com a presença da Secretária da Administração e com a presença do Secretário do Planejamento, para tentar resolver gargalos que não dependem apenas deste Secretário ou de seus Superintendentes, mas que são gargalos de orçamento e aí realmente precisei da ajuda de outros Secretários.

Nós avançamos, reconheço que pouco. A Elaine sabe que temos ainda que avançar mais e isso sobretudo é uma decisão de Governo e não uma decisão só do Secretário da Saúde, embora já tenha dito a elas que concordo em uma série de questões. Não concordo com tudo, porque acho que uma redução simples da jornada de 40 para 30 horas nos hospitais, com a dificuldade de pessoas que temos para preencher, às vezes, vai ser complicado neste momento. Não temos sequer funcionários para preencher as vagas abertas, e se tivermos que preencher outras vagas teremos ainda dificuldades, mas acho que é uma questão que ainda pode avançar mais.

Na questão do Hospital de Ponta Grossa, Deputado Jocelito, quero dizer claramente que o Dr. Francisco, que é o diretor das unidades próprias da Secretaria, tem um compromisso com todos os senhores, comigo e com a população paranaense, de até o final do ano todos os hospitais regionais estarem funcionando a pleno vapor.

Deputado Jocelito, Ponta Grossa teve algumas dificuldades, como o senhor abordou. A questão do oxigênio, não temos condições de transmitir oxigênio porque a

obra foi feita de uma forma difícil de descer o caminhão, mas isso está sendo resolvido e imagino que ainda neste mês vamos resolver tudo e começaremos a operar de uma forma mais frequente e mais intensa no hospital de Ponta Grossa.

Quero falar um pouco sobre vários hospitais e, a pergunta do Deputado Belinati sobre o hospital zona sul e zona norte de Londrina e também, vou fazer um esclarecimento que ainda não foi abordado mas que quero deixar claro, o hospital de reabilitação. Nenhum hospital do mundo, que eu conheça, funciona sem corpo clínico. Nenhum hospital! Não dá para você imaginar que embora estejam contratados profissionais da área da Saúde como enfermeiros, nutricionistas, farmacêuticos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, vamos conseguir fazer funcionar o hospital sem o corpo clínico médico. E aí temos algumas dificuldades e especialmente nesses hospitais temos que ampliar a contratação de médicos para fazer com que eles operem, internem, que eles vejam os seus pacientes.

Em alguns estamos avançando, como em Beltrão, que avançamos bastante, avançamos bastante nos hospitais universitários, até porque eles já tinham corpo clínico, estamos avançando nos hospitais de Londrina e Ponta Grossa aos poucos, mas no hospital de reabilitação, que é um hospital que tem médicos especialistas, não é clínico geral, não é o ginecologista obstetra, não é o pediatra geral, mas é o neurologista especializado, é o ortopedista especializado, e precisamos avançar e a parceria com a fundação da Universidade Federal, com a APR é fundamental, para a contratação desses especialistas.

Quero abordar um pouco o que o Tadeu me perguntou a respeito do acompanhamento desses hospitais pelo Conselho Estadual de Saúde. Quero dizer que esse relatório foi apresentado, foi discutido com todos os Conselheiros do Conselho Estadual e está aberto para qualquer Conselheiro ir até esses hospitais e fazer esse acompanhamento. A nossa relação com o Conselho Estadual de Saúde, com a sua Presidente, a Joelma, e quero registrar aqui a presença do Jonas Braz - que representa o Conselho Estadual - e da Carmen Moura - Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem - que estão aqui nesta Sessão, enfim, está absolutamente livre o acesso de qualquer hospital a estes Conselheiros.

No que diz respeito a taxa de mortalidade infantil, Dr. Batista, quero lhe dizer claramente que esta também é uma preocupação. No que diz respeito ao registro da mortalidade infantil é mais tranquilo. Mas no que diz respeito ao registro da mortalidade materna, temos dificuldade. E a dificuldade às vezes é do próprio preenchimento do atestado de óbito. Já conversei com a Comissão de Mortalidade Materna do Conselho e observamos que às vezes, uma gestante faz complicações pela própria gestação e demora, mas acaba indo a óbito. E o médico que preenche o atestado coloca



apenas septicemia e não relaciona essa septicemia com um problema do parto ou da gestação, e às vezes esse dado não é registrado como mortalidade materna. Para que isso seja resolvido temos que avançar muito, inclusive, com a classe médica, da qual eu, da qual o senhor faz parte, sempre vejo o senhor de branco exercendo a sua Medicina no sentido de informar e esclarecer aos nossos colegas.

Por fim, quero responder ao Deputado Ney Leprevost a questão da Emenda nº 029. Deputado Leprevost, a Emenda nº 029 precisa ser regulamentada, mais do que ninguém quero que seja regulamentada. Acho que a regulamentação da Emenda nº 029 vai trazer uma série de soluções para a área da Saúde e isso, depende de uma ação e de um esforço conjunto do Congresso Nacional. Ahamos que a regulamentação dessa emenda, vai propiciar com que dados polêmicos, até hoje, que são colocados no orçamento da Saúde possam, de alguma forma, serem resolvidos e termos um orçamento que realmente possa dar margem a tratar e resolver todos os problemas de Saúde do Estado. Eu, realmente, quero dizer, Deputado Ney Leprevost que, mais do que ninguém, quero regulamentar essa lei, precisamos de mais recursos para a Saúde, a Saúde continua precisando de mais recursos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

### ***Deputado Felipe Lucas (PPS)***

O SR. FELIPE LUCAS

Meus cumprimentos ao Dr. Moreira, ao Presidente da Mesa, aos Deputados que acompanham esta Sessão, e principalmente também à toda a equipe da área de Saúde que se faz presente aqui hoje para trazer informações, para trazer coisas importantes para nós, os Deputados, mas principalmente para a nossa população e para os funcionários da Saúde que acompanham.

Estava escutando há pouco tempo e acho, doutor, que o Deputado Ney Leprevost, insisto, Ney, acho que o Dr. Moreira respondeu perguntas importantes e talvez, se tivesse trocando ideias aqui, faz parte da Comissão de Saúde, tem feito um bom trabalho, e ele recebeu perguntas importantes com referência, principalmente, à Emenda nº 029, é uma coisa importantíssima, precisamos trabalhar muito, o próximo Congresso Nacional terá que trabalhar diferente, os nossos Senadores que vão se eleger, e espero que tenham uma posição diferente, a nossa própria Assembleia Legislativa acredito que possa contribuir mais, as nossas Câmaras Municipais.

Queria lhe cumprimentar por algumas maneiras e por respeitar a sua família. Fui aluno da Dra. Sally Moreira, sua mãe, que me incentivou muito a fazer oftalmologia por um erro meu, acho, ou por destino, não sei, acredito que não seja erro, mas pelo destino, acabei indo para a parte de obstetrícia, atendi muita gente e vi

que mesmo assim a parte financeira não foi aquilo, mas fizemos um bom trabalho e a sua mãe foi sempre uma bela profissional, de nome importante, que me incentivou muito no Hospital Evangélico. Naquela época havia vaga para oftalmologia, sendo mudado depois.

Eu prestava atenção, vejo aqui o Kiko, o Dr. Evandro, que diversas vezes nos ajudou quando o procuramos a nível regional, em nível de hospital regional de Irati, em nível de outros hospitais, para que pudéssemos solucionar algumas questões fundamentais na questão financeira.

Vejo aqui, às vezes sei que o Jocelito, no seu ímpeto, pela sua força de vontade, pede que um hospital passe à Prefeitura. Não é uma coisa fácil. Temos que ter um pouco de pé no chão. É difícil para que uma Prefeitura, mesmo da estrutura da de Ponta Grossa, consiga administrar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não é a Prefeitura, é a universidade.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Desculpe-me, é a universidade. Mas teríamos que ter o pensamento que às vezes entidades poderiam ser melhor posicionadas, a não ser que tenhamos uma capacidade maior, Deputado Jocelito, que possamos ter investimentos. Mas o nosso apelo fundamental é que se pense na Emenda nº 029 assim como foi, acho que por um momento meio impensado, na época, em se retirar a CPMF.

Acho que os dois candidatos a Presidente, os três candidatos, têm uma linha muito boa, mas gostaria de dizer que eu sempre acreditei muito no Serra como um bom candidato e como um conhecedor da Saúde, como vejo que os outros dois o conhecem. Mas, queria fazer uma colocação, talvez muitos de nós têm a ilusão de que a Saúde no Brasil vai bem. Não são essas coisas, ela vai com uma grande dificuldade, assim como vai a Segurança.

Se analisarmos a mortalidade infantil, o Brasil não é lá essas coisas, perdemos para Países da América do Sul, entre eles o Chile, a Colômbia, a Argentina, e assim vai. Quem trabalha na área da Saúde sabe que temos dificuldades, que o País não está indo lá essas coisas na área da Saúde, assim como na Segurança.

O Paraná tem feito um esforço muito grande com sua equipe, queria cumprimentar os funcionários. E, de fato, como outros falaram, é muito importante que possamos trabalhar para que o salário seja devidamente recompensado. Vemos hoje que auxiliares de enfermagem, os técnicos de enfermagem, que hoje praticamente é a profissão, estão ganhando em torno de R\$ 600, R\$ 700 reais. É difícil.

Então, o nosso apelo é que possamos, todos, pensar em uma Saúde melhor, as Câmaras, as Assembleias, a Câmara Federal, os Senadores. E a vocês que estão fazendo um bom trabalho, parabenizar pela coragem por ter vindo aqui, mas precisamos fazer muito mais pela Saúde do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero agradecer a presença do Secretário Moreira, sempre é um privilégio recebê-lo aqui, não como um Secretário, mas como um amigo, talvez até como parente. Deus queira que isso aconteça.

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JUNIOR

Estou torcendo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero agradecer aos assessores, aos extraordinários profissionais da Secretaria da Saúde, que são sempre bem-vindos, e sempre solícitos aos reclamos da sociedade. São realmente profissionais de extrema competência, que orgulham o nosso Estado. Quero agradecer, de uma maneira muito especial, aos Deputados que questionaram o Secretário, creio que as suas dúvidas possam ter sido esclarecidas.

De imediato, vou pedir ao 2º Secretário, Deputado Tadeu Veneri, que proceda à leitura da ata, para que possamos deixar o Pequeno e o Grande Expediente e já votarmos as matérias que temos que votar e que estão na pauta.

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JUNIOR

Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade, quero agradecer ao senhor, a todos os Deputados, e fazer apenas um pedido final: aqui tem várias pessoas da equipe da Secretaria da Saúde, quero que todos sejam reconhecidos. Por favor, quem é da SESA, levante, Diretores Regionais, Superintendentes, pessoal da Saúde que está aí, acho que vocês merecem pelo menos a minha salva de palma. Parabéns.

(Aplausos)

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, do artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

## ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 144/10

SÚMULA:

Sugere à Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde a renovação, em regime de urgência, do aluguel referente ao imóvel situado à rua Luiz Nichele, 08, bairro Umbará, onde funciona a Escola Estadual Padre Cláudio Morelli.

Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação:

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve faz urgente indicação legislativa ao Governo do Paraná, apelando à Secretaria de Estado da Educação que não protele a assinatura da renovação, por parte do Estado do Paraná, do aluguel do imóvel situado à rua Luiz Nichele, 08, bairro Umbará, onde funciona a Escola Estadual Padre Cláudio Morelli.

O contrato firmado entre as partes, Mitra da Arquidiocese de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná, findou no dia 31/03/10. A solicitação de renovação aconteceu no dia 19/02/10 e foi encaminhado à Exma. Sra. Yvelise Arco-Verde, e desde então está sem pagamento, embora a escola funcione normalmente, com prejuízos à paróquia de São Pedro de Umbará, onde localiza-se a referida escola. O pedido de renovação tomou a seguinte indicação Ofício nº 08/10 - AJ.

Sala das Sessões, em 11/08/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a ausência pagamento do aluguel, que não ocorre desde fevereiro de 2010, referente ao contrato de locação firmado entre a Mitra da Arquidiocese de Curitiba e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, cujo imóvel situado à rua Luiz Nichele, 08, bairro Umbará, destina-se às instalações da Escola Estadual Padre Cláudio Morelli.

Assim sendo, a falta de pagamento do referido aluguel está causando prejuízos para Mitra da Arquidiocese de Curitiba, e a fim de evitar maiores transtornos é que se torna urgente a renovação do contrato em questão pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

## ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 3040

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência em Sessão Plenária no dia 11 de agosto do corrente ano (quarta-feira), data em que estarei ausente para tratar de assuntos particulares.

Sala das Sessões, em 11/08/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 11 de agosto do corrente ano, por estar representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em viagem ao interior do Estado.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 11/08/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

**REQUERIMENTO Nº 3045**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja aprovada moção de apoio ao Manifesto por mais Segurança, realizado em 29/07 no Município de Maringá, promovido por diversas associações de moradores e pelo Vereador Humberto Henrique, solicitando dos órgãos públicos melhorias urgentes na área da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 11/08/10.

(a) TADEU VENERI

**REQUERIMENTO Nº 3043**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica para que preste as seguintes informações sobre reassentamento de famílias desalojadas em razão da construção das usinas hidrelétricas Segredo:

1 - Quanto foi gasto no reassentamento das famílias desalojadas em razão da construção das Usinas de Segredo um, dois, três e quatro, entre 1992 e 2010, no Município de Mangueirinha do Paraná?

2 - Especificar valores gastos na construção das casas e na reconstrução das mesmas entre 1997 e 2001.

3 - Informar a quantidade de ônibus, ambulâncias e máquinas agrícolas disponibilizadas para uso das associações de moradores.

4 - Informar o montante de valores gastos com as agroindústrias de todas as Usinas de Segredo.

Sala das Sessões, em 11/08/10.

(a) TADEU VENERI

**JUSTIFICATIVA:**

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

É necessário que se tenha clareza dos valores efetivamente gastos pelo Estado do Paraná com o reassentamento das famílias desalojadas pela construção das Usinas Segredo.

***Projetos de Lei*****PROJETO DE LEI Nº 369/10**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica inserida no Calendário de Turismo Religioso Oficial do Estado do Paraná, a Festa de Bom

Jesus da Cana Verde, no Município de Siqueira Campos, que se realiza anualmente entre o final de julho e início de agosto.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa inserir no Calendário de Turismo Religioso Oficial do Estado do Paraná, a Festa de Bom Jesus da Cana Verde.

Desde 1934 o Município realiza anualmente esta festa, a cada ano cresce o número de participantes, sendo que no início da década de 90 registrou-se a quantia de 40 mil pessoas e a partir do ano de 2000 a festa vem superando o número de 100 mil.

A organização é feita por voluntários e a cada evento ganha mais colaboradores em razão do aumento dos visitantes. Esta festa é considerada a maior do Paraná, e conta com atrações como shows artísticos, a novena em preparação ao dia do Santo, e mais 500 camelôs que montam suas bancas vendendo comidas salgadas e doces, artigos de decoração, roupas e outros sendo muitos das entidades sociais do local que aproveitam para angariar fundos.

No decorrer do último dia da festa, dezenas de missas são celebradas pelos freis da paróquia local com o auxílio de outros da região, além dos atendimentos espirituais como confissões comunitárias, individuais e aconselhamentos. Os pratos típicos da festa são churrasco, leitoa assada, frango assado, pastel de polvilho e lanches diversos.

**PROJETO DE LEI Nº 370/10**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica inserida no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Trentina, no Município de Piraquara - Paraná, que se realiza anualmente no 3º domingo do mês de maio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa inserir a Festa Trentina no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná. A festa é realizada anualmente no 3º domingo do mês de maio, no Parque Trentino, através da parceria entre a Associação Trento Transforma e a Prefeitura de Piraquara, e tem como principais objetivos integrar a comunidade Trentina e arrecadar recursos financeiros para os produtores investirem em equipamentos com novas tecnologias.

O evento além de ser uma comemoração para a comunidade vem estimular o turismo no Caminho Trentino dos Mananciais e traz crescimento para a Região Metropolitana.

No almoço da festa são servidos pratos típicos das comunidades italiana com risoto de frango caipira, frango frito ao molho, saladas verdes e a sobremesa sagu de vinho com creme, para acompanhar serve-se o tradicional vinho trentino.

A festa reúne milhares de pessoas que assistem a missa, almoçam e participam das comemorações durante toda tarde e encerra após o café colonial trentino.

Portanto a necessidade de inclusão deste evento no calendário é facilmente constatável, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 371/10  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º As famílias que residem em áreas de risco terão atendimento prioritário nos programas habitacionais desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual.

Art. 2º O levantamento específico das áreas de risco a que se refere o artigo anterior será fornecido pelas Prefeituras.

Art. 3º Para atender aos objetivos desta lei, o Poder Executivo Estadual poderá promover ações visando à integração das políticas desenvolvidas pelo Governo Federal e pelos Governos Municipais.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/08/10.

(a) DR. BATISTA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa, as famílias que residem em áreas de risco terão atendimento prioritário nos programas habitacionais desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual.

Sabemos que, apesar de todos os esforços do Governo, ainda é enorme o déficit habitacional no nosso Estado. Além disso, temos assistido a trágicos acontecimentos provocados pelas chuvas, especialmente em áreas consideradas de risco.

Assim sendo, entendemos que os investimentos da política habitacional do Governo do Estado devem priorizar o atendimento às famílias que residem ou que perderam suas moradias nessas áreas de risco, garantindo o atendimento à população mais necessitada de moradia.

Sendo a moradia um dos direitos fundamentais, o Estado, ao destinar unidades habitacionais em caráter

prioritário aos cidadãos em situação de vulnerabilidade, não só cumpre seu dever de prover as necessidades básicas para uma vida digna, como também o faz priorizando a população que necessita de uma intervenção célere e eficaz.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente propositura.

***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 144/10, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, sugerindo à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, a renovação em regime de urgência, do aluguel referente ao imóvel situado à rua Luiz Nichele, nº 08, bairro Umbará, onde funciona a Escola Estadual Padre Claudio Morelli. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3040, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de agosto do corrente ano (quarta-feira), para tratar de assuntos particulares. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3044, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de agosto do corrente ano, por estar representando esta Casa de Leis em viagem ao interior do Estado. **À Comissão Executiva.**

***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

***1ª Discussão (Votação em)***

**ITEM 01**

**VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública estadual o Centro de Nutrição Renascer, com sede e foro em Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada.**

## Redação Final

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - Da Proposição nº 025/10. Proposta de Emenda a Constituição, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que insere no parágrafo 4º ao artigo 47 da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. **Aprovada. (Publ. no DA nº 057/10, de 31/06/10, em Proposta de Emenda Constitucional e em Avulsos).**

### 2ª Discussão

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Fundação João Laurani, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/10, de autoria do Deputado Plauto Miró, dispõe sobre a inclusão de alerta nos rótulos e/ou embalagens e nas campanhas publicitárias de bebidas alcoólicas sobre os riscos de consumo de álcool durante a gravidez, como prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CICT. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/10, de 05/04/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 140/10

P A R E C E R :

#### Relatório

O projeto de lei acima de autoria do Deputado Plauto Miró dispõe sobre a inclusão de alerta nos rótulos e/ou embalagens e nas campanhas publicitárias de bebidas alcoólicas sobre os riscos de consumo de álcool durante a gravidez, como prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) e dá outras Providências.

A necessidade informar aos consumidores dos perigos ocultos incluídos em produtos nocivos à saúde é de exigência legal e constitucional. A matéria aqui é eminentemente de relação de consumo e Saúde Pública.

O projeto do Deputado Plauto tem exatamente este escopo, ou seja, o de prestar mais informações ao consumidor a respeito daquilo que tem que pagar previamente para que possa decidir pelo melhor serviço aliado ao preço, máxime quando os produtos oferecem grave risco à saúde das grávidas.

#### Fundamentação do Parecer

Segundo o CDC Lei nº 8078/90 em seu artigo 4º, IV, a Política Nacional das Relações de Consumo tem por

objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, especialmente no que tange a educação e informações sobre produtos e serviços, *verbis*:

(...)

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (redação dada pela Lei nº 9008, de 21/03/95).

(...)

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

(...)

Inicialmente é importante destacar que a Constituição Federal estabelece em seu artigo 170, V, a proteção dos cidadãos quanto *verbis*:

(...)

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios;

(...)

V - defesa do consumidor;

(...)

Neste pensar impõe-se cotejar com o artigo acima o artigo 24 da mesma Carta Política, incisos V que trata da competência concorrente entre União, Estado e Municípios albergando matéria consumerista e educacional, *literis*:

(...)

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo<sup>1</sup>;

(...)

É importante citar que os Postos de Gasolina além de comercializarem combustíveis modernamente detém alvará para lojas de conveniência onde se vendem de quase tudo estando integrados como prestadoras de serviços e produtos nas relações de consumo.

1. "Lei nº 12420, de 13/01/99, do Estado do Paraná, que assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis, comercializados nos postos revendedores situados naquela unidade da federação. (...) Com efeito, a Constituição Federal, no artigo 24, incisos V e VIII atribui competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor." (ADI 1980-MC, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ 25/02/00).

Antes, porém de verificar a competência da Assembleia Legislativa cumprir analisar o que dispõe a Constituição Estadual sobre a matéria quanto a iniciativa de propor a lei, *literis*:

(...)

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:*

(...)

*V - produção e consumo;*

(...)

Levando-se em conta que as competências acima referidas estão dispostas entre a União, Estados e Municípios, em ambas as constituições, incumbe verificar se a Assembleia Legislativa tem competência para propor o presente projeto de lei, ou não. Neste mister me socorro ao artigo 53, XVI e XVII da Constituição Estadual, *literis*:

(...)

*Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, (...), dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

(...)

*XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;*

(...)

O artigo 23 da Constituição Federal, II que trata da Competência Comum, por sua vez assim disserta, *verbis*:

(...)

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

(...)

*II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;*

(...)

Constata-se pelos artigos declinados acima que a matéria albergada neste projeto de lei encontra amparo nas Constituições Federal e do Estado no que tange a competência. Pelo teor do artigo 53, acima a competência quanto a iniciativa da referida matéria é igualmente assegurada a Assembleia Legislativa na pessoa dos seus parlamentares.

Como se não bastassem os pressupostos já mencionados, a questão deve ser tratada sobre o ponto de vista da soberania dos interesses difusos e sociais de amplitude pública na estrita relação consumeristas e de afetação do bem maior da população - a saúde.

Assoma-se a isto os precedentes nesta Casa de Leis do projeto de lei do Deputado Pastor Edson Praczyk tratando da matéria análoga que estabeleceu sanções aos estabelecimentos comerciais que vendam a menores bebidas alcoólicas e outros, transformado na Lei nº 16212/09, *verbis*:

“Tipo: Projeto de Lei - nº 109 - ano 2009 - Leis: Lei Sancionada nº 16212/09, publicada no Diário Oficial nº 8036 de 17/08/09 - Autor(es): Pastor Edson Praczyk - Entrada: 30/03/09 Prazo - Assunto: Bebidas Alcoólicas.

Protocolo: 04072/09 - Número D.O. ALEP: 24 Data D.O. ALEP: 30/03/09 Regime de Urgência: NÃO Anexo: NÃO - Palavra Chave: Indústria e Comércio - Súmula: Estabelece Sanções aos Estabelecimentos Comerciais que vendam a menores: Cigarros e bebidas Alcoólicas e outros, conforme específica. (R\$ 5.000 mil reais) de multa e cassação da inscrição estadual - CAD/ICMS).

Anotações - Tramites - Entrada - Tramite - Parecer - Tipo: Ofício Relator - 30/03/09 - Comissão de Constituição e Justiça: 19/05/09 - Favorável - Tadeu Veneri - 19/05/09 - Comissão de Indústria, Comércio e Turismo - 01/06/09 - Favorável Osmar Bertoldi - 02/06/09 - Comissão de Segurança Pública - 07/07/09 - Favorável - Ney Leprevost - 07/07/09 - DAP - Diretoria de assistência ao Plenário - Aguardando Votação - 13/07/09 1ª Discussão - Aprovado - 13/07/09 - 2ª Discussão - Aprovado com Emenda - 14/07/09 - 3ª Discussão - Aprovado a Emenda - 14/07/09 - Redação Final - Sessão Extraordinária - Aprovado - Teruo Kato - 28/07/09 - Encaminhado à Sanção - 175/09 - 17/08/09 - Lei Sancionada - Lei nº 16212, de 17 de agosto de 2009 - 113/09.”

Outro precedente da CCJ albergando matéria da mesma magnitude foi o Projeto de Lei nº 082/03 do ex-Deputado Natálio Stica que alterou a Lei nº 13259/03 de autoria do ex-Deputado Algaci Túlio que restringiu a venda de bebidas alcoólicas no interior de Postos de Combustíveis, *verbis*:

“Tipo: Proposição - nº 29 - Ano: 2003 - Leis - Autor(es): Poder Executivo - Entrada: 30/06/03 Prazo: Assunto Veto Protocolo: 05010/03. Nº D.O. ALEP - Data D.O. ALEP - 000-00-00 - Regime de Urgência: NÃO Anexo: NÃO - Palavra chave.

SÚMULA:

Veta o Projeto de Lei nº 082/03, OF nº 094/03, em 24/06/03, de autoria do Deputado Natálio Stica, que altera a Lei nº 13463, de 11/01/02, que dispõe sobre consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustíveis.

Anotações Tramites Entrada Tramite Parecer Tipo Ofício - Relator 30/06/03 Comissão de Constituição e Justiça 06/08/03 Favorável Duílio Genari - 11/11/03 Discussão Única Retirado por 05 sessões - Prot. 9410/03 - Reqto. Dep. Natálio Stica. Retirado. 02/12/03 Discussão Única - 06 votos SIM - 38 votos NÃO. Rejeitado.”

Por este viés infere-se sem muito esforço que há espaço para legislar quando a natureza da matéria abrange interesse social de profundo alcance e neste mister incumbe a qualquer dos Poderes ancorados no princípio constitucional da competência concorrente e comum, legislar no estrito interesse da defesa do consumidor e da Saúde Pública.

**Técnica Legislativa**

No que se refere à técnica legislativa o projeto de lei em análise não encontra nenhuma vedação prevista nas normas técnicas de elaboração das leis encampadas pela Lei Complementar nº 095/98.

**Conclusão**

Diante do exposto forte no princípio da iniciativa legislativa comum entre os entes federados e a União e por extensão, nos casos de matéria de cunho eminentemente social de profundo interesse público, ainda que a constitucionalidade seja tênue, é incontroversa a legalidade e a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, sobre o qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29/06/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 140/10

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 140/10, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a inclusão de alerta nos rótulos e/ou embalagens e nas campanhas publicitárias de bebidas alcoólicas sobre os riscos de consumo de álcool durante a gravidez, como prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) e dá outras providências.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, encaminhou-se a esta para parecer:

**Análise:**

- Segundo a Organização Mundial de Saúde, estima-se que cerca de 12 mil bebês no mundo nascem com a Síndrome Fetal do Álcool, ou 2,2 de cada mil nascimentos.

- Estudos revelam que a Síndrome Alcoólica Fetal tem consequências irreversíveis no feto, tais como: defeito físico e danos cerebrais.

- Qualquer quantidade de álcool é um risco, mas qualquer abuso exagerado do álcool é prejudicial para o feto, principalmente durante os três primeiros meses.

- Alguns problemas decorrentes da SAF podem aparecer apenas a partir dos 3 ou 4 anos.

- Como o álcool passa rapidamente para o sangue, em apenas 10 minutos atinge o feto.

- A extensão do dano causado pelo álcool no feto está relacionada com a duração e quantidade de ingestão.

- Não se tem conhecimento de qual é o consumo seguro de álcool durante a gravidez.

- O álcool é uma substância com livre passagem para a placenta e, portanto, livre passagem para o feto, chegando ao fígado que é duas vezes mais lento na metabolização do álcool em sua fase de formação.

**Conclusão**

Diante do exposto na análise, conclui-se que o consumo de álcool durante a gravidez traz riscos ao feto, podendo ser evitado não havendo o consumo desta substância. Para tanto, cabe informação aos consumidores dos riscos que o produto pode causar, bem como o alerta de suas consequências.

Sendo assim, após comprovada sua legalidade e sua constitucionalidade, damos o parecer favorável a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21/07/10.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO E TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 140/10

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró tem por objetivo dispor sobre a inclusão de alerta nos rótulos e/ou embalagens e nas campanhas publicitárias de bebidas alcoólicas sobre os riscos de consumo de álcool durante a gravidez, como prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal e dá outras providências.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para a análise.

Faz-se necessário enaltecer que a proposição visa alertar sobre a Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), a qual é um conjunto de transtornos físicos, mentais, neurológicos e comportamentais manifestados ao longo da vida de origem gestacional, associados ao consumo de álcool durante a gravidez.

Assim, ao tratar a saúde da gestante e do bebê, este projeto de lei é de extrema importância para toda a sociedade.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14/07/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente  
LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/10, de autoria do Deputado Reinhold Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Voluntários da Igreja Avivamento Bíblico - AVIVA, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 057/10, de 31/05/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 248/10

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reinhold Júnior, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação dos Voluntários da Igreja Avivamento Bíblico, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, cria no Calendário Oficial do Estado o Dia do Rio Iguaçu, a ser comemorado no dia 17 de novembro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 065/10, de 15/06/10, em Projetos de Lei).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 279/10**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo inserir no Calendário do Estado, a festa do Dia do Rio Iguaçu, a ser comemorada dia 17 de novembro.

#### **Fundamentação**

A Constituição Federal dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura (artigo 24, *caput*, CF), sendo, ainda de incumbência do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais.

A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa (artigo 190, *caput*, CF).

Ressalta-se, que as datas comemorativas de alta significação, para os distintos segmentos étnicos do País, serão fixadas mediante lei, sendo esta de iniciativa, de qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa (artigo 65, *caput*, Constituição do Estado do Paraná). Ainda, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

### **Conclusão**

Desta forma, havendo legitimidade do Parlamentar para tal proposição e estando o mesmo dentro dos critérios legais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, por se tratar de um projeto fincado na constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/10, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública estadual o Clube de Mães Amizade, com sede e foro no Município de Três Barras do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 067/10, de 21/06/10, em Projetos de Lei).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 284/10**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube de Mães Amizade, com sede e foro no Município de Três Barras, no Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 284/10**

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 284/10, que passa a ter a sua súmula com a seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública o Clube de Mães Amizade, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro no Município de Catanduvas, Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator



**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/10, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Peabiru, com sede e foro no mesmo Município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 074/10, de 05/07/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 310/10

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Peabiru, com sede e foro no Município de Peabiru - PR.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Antes de votarmos os requerimentos quero fazer um esclarecimento e um pedido aos Srs. Deputados. Na Sessão de segunda-feira tivemos um requerimento do Deputado Luiz Carlos Martins, que solicitava a retirada do Veto nº 037/09 da pauta do dia 9. Esta Mesa não retirou e assume a responsabilidade por achar que tínhamos quórum e não haveria dificuldade alguma em aprovar um projeto extremamente meritório, que era a denominação de um viaduto.

Por essa razão, Srs. Deputados, podemos aprovar esse requerimento e votar o veto num outro dia? Se os Deputados concordam, permaneçam como estão. Peço, publicamente, as minhas escusas ao Deputado Luiz Carlos Martins, por ter prejudicado a questão do veto.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Está **aprovado** o requerimento de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de Sessão anterior, requerendo que seja retirada da pauta do dia 09/08/10, a Proposição de Veto nº 037/09, que vetou o Projeto de Lei nº 466/08. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**Requerimentos**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 3043, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Em discussão.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

**O SR. WILSON QUINTEIRO (PSB) (Pela Ordem)**

Só quero fazer uma referência hoje, 11 de agosto, é Dia do Advogado. É importante fazer esse registro, até porque temos diversos advogados na Casa. E fazer uma referência ao artigo 133 da Constituição Federal, onde diz: *O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável os seus atos e manifestações no exercício da profissão na forma da lei.* E logo no artigo 134 faz referência, já na Constituição de 1988, à Defensoria Pública, que esta Casa, atendendo a um pedido do Governo do Estado, já incluímos no orçamento para que tenhamos no Estado do Paraná os defensores públicos, advogados para aquelas pessoas que não podem pagar.

Parabenizo todos os advogados do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Também quero saudar os eminentes advogados, particularmente os que cuidam de mim. E queria aqui também trazer a saudação do Presidente da OAB e a todos os Deputados: "Queria, neste dia que se comemora o Dia do Advogado, cumprimentar os bobos Deputados." Parabéns aos bobos Deputados que votaram o Projeto da Transparência. Segundo o Presidente da OAB são bobos. Parabéns!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Até para dizer, porque senão acaba se tornando verdade uma coisa que o Deputado Jocelito Canto disse. Ouvi hoje no Bom-Dia Paraná o Presidente da OAB, que deu uma declaração extremamente boa em relação ao projeto e mais, às emendas que foram oferecidas pelos Parlamentares, e no sentimento da confiança que a Lei da Transparência será aprovada. Enfim, teve uma postura extremamente boa, do ponto de vista de reconhecer o que a Assembleia Legislativa está fazendo em relação à Lei da Transparência. Então, a notícia do jornal não condiz com as declarações que ouvi, não só eu como outros Parlamentares, hoje pela manhã no Bom-Dia Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só que o Presidente da OAB está dizendo aqui, está no jornal: *José Lúcio Glomb classificou as questões levantadas pelos Deputados Estaduais, as emendas, como uma grande bobagem.* Senhores bobos.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, primeiramente, agradecer pela sua postura e decisão em relação à homenagem à uma pessoa que tem uma história bonita no Estado do Paraná, a questão do nome do viaduto. Agradecer também a todos os Deputados, que por unanimidade aprovaram o requerimento.

A segunda questão é que todos participamos ativamente das ações desta Casa. Estou vendo pela imprensa a questão das PCHs, as pequenas hidrelétricas que foram aprovadas nesta Assembleia. Mas não me lembro se elas foram aprovadas. O Deputado Romanelli pode falar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Foram aprovadas, sim. Há uma discussão sobre o tema. O Governador Requião tinha uma postura de defesa da empresa pública, no caso a COPEL, que não admitia a PCH sem que houvesse uma condição de exercer o controle majoritário por parte da Companhia Paranaense de Energia, e seguiu, de fato, com uma portaria no Instituto Ambiental do Paraná. A Assembleia Legislativa já aprovou, sim, do ponto de vista do mandamento constitucional, as PCHs a que se refere o Deputado, de 2003 a 2006.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Então, espero o depoimento do Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, pela ordem?  
(Assentimento)

Certamente, este é um assunto muito importante, que não vai ser esclarecido e nem debatido neste exato momento, mas vai ser pauta de debate aqui nesta Casa.

Apenas para esclarecer, Deputado Romanelli, que não é de toda verdadeira essa sua afirmação. Eu mesmo tenho três projetos da minha região e que não foram votados aqui. Então, não foram todas as PCHs que foram aprovadas por esta Casa. Alguns projetos foram aprovados aqui e não obtiveram licença ambiental. Lembro-me do Deputado Cezar Silvestri e de vários Parlamentares, de outros projetos, e aqui na Casa o projeto para autorização, que nem sequer foi à votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, dizer que ele tem razão.

O pacote de PCHs a que estamos nos referindo, e também o Deputado Luiz Carlos Martins, foi aprovado e são essas que estão sendo negociadas para serem liberadas pelo órgão ambiental.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

V. Exa. acha que temos que debater esse assunto aqui?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Da minha parte entendo que a questão não é ideológica, é de investimento. São R\$ 5 bilhões e 500 milhões de investimento. Percebo que há uma mobilização de grupos econômicos importantes favoráveis à construção das PCHs. O Governador Pessuti obviamente está sensível a esta discussão, pelo que entendo.

Era isso.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, quero agradecer, até porque o Deputado Romanelli tem fé pública e está afirmando que elas foram aprovadas. São tantos os projetos, mas vai ser uma bela de uma discussão nesta Casa. É um pedido de informações bem feito e elaborado, porque temos uma série de prerrogativas. Isso mexe com bilhões e bilhões de reais. Por que em um final de um período governamental, de repente volta à tona a liberação das PCHs? Isso tem que ser questionado, e fortemente, por todos nós, senão seremos cobrados.

Temos que convidar o atual Secretário do Meio Ambiente para vir aqui explicar como elas serão liberadas e por que não foram liberadas até o presente momento. Enfim, esta Casa saberá se comportar diante desses bilhões e bilhões de reais. Não somos contra os investimentos, de forma alguma. Só queremos transparência também nas PCHs.

Requerimento nº 3045, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 396/09; 183, 185 e 244/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 213, 248, 279, 284 e 310/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 327, 329, 341 e 342/10.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2453/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11152, datado de 29/07/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, RODRIGO ROSSI, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2463/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10218, datado de 09/07/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a LAURO GUESSER, matrícula nº 40714, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Motorista, nível NBB-01, com lotação no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Antonio Anibelli, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de 06 (seis) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**Diretoria Geral****Portarias****PORTARIA Nº 0511/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8422, datado de 07/06/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, JOÃO ALBERTI ANDRETTA, matrícula nº 476, de 60 (sessenta) dias, a partir de 02/05/10, com término em 02/07/10, CID 10 K 10.2; I.10 e E 14.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/06/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 0528/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9217, datado de 21/06/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA JOAQUINA FARIA DE PAULA, matrícula nº 40606, de 34 (trinta e quatro) dias, a partir de 01/06/10, com término em 05/07/10, CID 10 Z 80.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 0557/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9465, datado de 28/06/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença maternidade à servidora deste Poder Legislativo, ELIANE VALENTINA DE PAULO VALE- RIO, matrícula nº 7867, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 12/07/10, com término em 30/12/10, CID 10 O 80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/07/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 0569/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10946, datado de 19/07/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ANA CRISTINA CANORO, matrícula nº 40943, de 30 (trinta) dias, a partir de 19/07/10, com término em 17/08/10, CID 10 M 751 e M 75.5.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/07/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0574/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10282, datado de 12/07/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder, a ZENIDIR RUIS RODRIGUES YOCOTA, matrícula nº 40680, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-11, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Jocelito Canto, licença médica nos termos do artigo 221 e parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 6174/70 e conforme Laudo Médico nº 078/10, de 16/07/10, no período de 12/07/10 a 31/07/10.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/08/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0575/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

lotar a servidora ELIANE MARIA DE OLIVEIRA VARGAS, matrícula nº 41173, para prestar serviços junto ao Gabinete Parlamentar do Deputado Antonio Anibelli.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/08/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0577/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11080, datado de 26/07/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ELMIR SCHMININSKI, matrícula nº 40176, de 90 (noventa) dias, a partir de 14/07/10, com término em 11/10/10, CID 10 M 21.4 e M 19.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/08/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0578/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11022, datado de 21/07/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder, em favor de MARIA LÚCIA PEREIRA, matrícula nº 1222, ex-funcionária comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, portadora da Carteira de Identidade com registro nº 5.806.310-0, CPF 717.197.419-92, Certidão de Tempo de Contribuição de 05 anos, 02 meses e 29 dias, e contracheques e fichas financeiras do tempo que prestou serviços neste Poder.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10/08/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0579/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10944, datado de 19/07/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar fornecer a JACQUELINE CARNEIRO, portadora do RG nº 5.764.687-0-PR, ex-funcionária comissionada desta Assembleia Legislativa, sob matrícula nº 5793, Certidão de Tempo de Contribuição de um (01) ano e sete (07) meses, relativo ao tempo em que prestou serviços no Gabinete do Deputado Estadual Cleiton Kielse, período compreendido entre 01/06/03 e 01/01/05, conforme artigo 5º, incisos XXXIII e XXXIV da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10/08/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0580/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11158, datado de 29/07/10, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ONI RIBAS BUENO, matrícula nº 40705, de 02 (dois) dias, a partir de 26/07/10, com término em 29/07/10, para tratamento odontológico.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/08/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0582/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6495, datado de 12/05/10, deste Poder,

(a) JEMIMA DE O. S. FONSECA  
Coordenadora de Contabilidade

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

